

# Contra o tráfico de humanos

O combate ao tráfico de seres humanos está na primeira linha da intenção do Governo de criar um plano nacional que materialize a preocupação europeia com o fenómeno. Em Portugal a maioria das mulheres traficadas é de origem brasileira e trabalha em bares de alterne.

O Governo pretende lançar no próximo ano o I Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que dará atenção particular às vítimas, ao seu estatuto e às necessidades de protecção. A medida visa dar resposta eficaz às exigências já formuladas pela União Europeia no sentido de se definir estratégias de combate ao flagelo que assola todo o mundo, informou ontem o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, para quem "o tráfico de seres humanos é um problema arrepiante e em crescimento", sendo "necessário reforçar a cooperação internacional, judiciária e garantir a protecção das vítimas". O plano, que se encontra ainda em fase de laboração, deverá ter uma duração de três anos,

## "Sujeitas a violência e são alvo de chantagem..."

entre 2007 e 2009, e compreender igualmente uma troca de informação e uma acção conjugada das diversas polícias nacionais.

Na mesma linha de acção, o Executivo tem ainda o objectivo de criar, no próximo ano, um Observatório do Tráfico, entidade cuja missão será a de produção, recolha, tratamento e difusão de informação respeitante ao fenómeno do tráfico de pessoas. O seminário internacional sobre tráfico de mulheres que ontem teve lugar em Lisboa visou promover a cooperação transnacional e a troca de experiências no combate, na protecção e na integração das vítimas. Organizado pelo CAIM (projecto-piloto na área

da prostituição e do tráfico de mulheres em Portugal, financiado pelo Fundo Social Europeu), o encontro, de âmbito internacional, pretendeu também fomentar a adopção de medidas políticas com vista a responder às necessidades de protecção das vítimas e a melhorar o conhecimento sobre o fenómeno no País, segundo uma nota divulgada pela entidade promotora da iniciativa.

No âmbito daquele encontro foram ontem apresentados os resultados intercalares da investigação sobre o «Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual», um estudo encomendado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, e que está a ser realizado por investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. À luz daquele documento, a maioria das mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual em Portugal é de nacionalidade brasileira e não fica mais do que seis meses no mesmo sítio, a fim de evitar criar laços de fidelidade. À margem do seminário internacional, a socióloga e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra Madalena Duarte explicou que o estudo, a apresentar em Junho de 2007, encontra-se ainda em curso, pelo que não estão ainda disponíveis dados quantitativos sobre aquela matéria.

No entanto, os resultados intercálculos divulgados ontem já permitem revelar alguns aspectos do fenómeno, que começou a ter maior expressão em Por-



Mulheres traficadas dedicam-se à prostituição ou trabalham em bares

## DIA EUROPEU

### Maior empenho

O vice-presidente da Comissão Europeia pediu ontem maior empenho aos Estados-membros da União Europeia contra o tráfico de humanos, na tentativa de "quebrar o círculo do medo", que aterroriza essencialmente as mulheres. Franco Frattini, que é comissário europeu para a Liberdade, Segurança e Justiça, esteve num seminário internacional sobre tráfico e exploração sexual, em Lisboa, e falou na hipótese de ser criado, em 2007, um dia europeu contra os crimes de tráfico de seres humanos, "talvez durante a presidência portuguesa" (segundo semestre). "Esse dia servirá para alertar consciências, promover campanhas de divulgação e informação contra estes crimes hediondos, que movimentam 12 biliões de dólares por ano", afirmou.

elevado grau de adaptação e de flexibilidade, e porque as mulheres têm uma grande rotatividade. "Muitas andam de Portugal para Espanha para não criarem laços de fidelidade", lembrou. A maioria é de nacionalidade brasileira e trabalha essencialmente em bares de alterne, mas os investigadores também encontraram registo de mulheres oriundas de países da Europa de Leste e da Nigéria, que eram usadas essencialmente na prostituição de rua nos dois países ibéricos.

A investigação permite também constatar que há uma diferença entre as mulheres recrutadas em países de Leste e as brasileiras, sendo as redes que operam com brasileiras artesanais, enquanto as de Leste são organizadas e violentas. Segundo Madalena Duarte, alguns processos judiciais têm demonstrado que as mulheres das redes de Leste eram sujeitas a violência física mais intensa, enquanto as brasileiras tinham maior liberdade de movimentos. Por outro lado, os resultados intercálculos da investigação permitem ainda aferir que há uma grande discrepância entre o número de investigações e o número de casos que chegam a julgamento. "As pessoas têm medo e não querem. Estamos a falar de mulheres que estão assustadas, que foram sujeitas a violência física e psicológica e que são alvo de chantagem", considerou. Muitas das vítimas não têm confiança nem nas polícias nem no sistema judicial dos seus países, acrescentou a especialista.

tugal em 2001, com maior incidência nas cidades do Porto, Lisboa e Aveiro, e na zona do Algarve. A investigação daquele tipo de crimes, adiantou a mesma especialista, não é fácil, já que as redes que operam naquela área têm um